

## GUARDAS PRISIONAIS

### Centenas concentrados em Lisboa

Centenas de guardas prisionais estiveram ontem concentrados em frente ao Estabelecimento Prisional de Lisboa para exigir melhores condições e a equiparação ao suplemento de missão atribuído à Polícia Judiciária.

À hora marcada, pelas 14h00, mais de 100 guardas, vestidos de negro, ocupavam o passeio em frente ao Estabelecimento Prisional de Lisboa, um número que continuou a crescer, apesar da chuva, até às 15h00, hora em que começaram a deslocar-se até à Praça do Rossio, numa "marcha fúnebre", carregando um caixão, até ao Mi-

nistério da Justiça, explicou à Lusa um dos organizadores.

"Decidimos simbolizar o enterro da guarda prisional, que é o que a tutela tem feito connosco há bastante tempo", disse Fábio Valente.

O protesto foi promovido por um movimento não sindicalizado de guardas, apesar de ter o apoio do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SNCGP) e da Associação Sindical de Chefias do Corpo da Guarda Prisional (ASCCGP).

A principal reivindicação é a equiparação ao suplemento de missão atribuído à Polícia Judiciária.

## SAPADORES

### Atualização salarial na mira

Bombeiros sapadores entregaram ontem um memorando ao Governo para exigir a atualização das tabelas salariais, lembrando que, sem contar com subsídios e suplementos, os bombeiros em início de carreira recebem abaixo do salário mínimo.

Cerca de meia centena de dirigentes, delegados e bombeiros sapadores estiveram ontem de manhã concentrados junto à residência oficial do primeiro-ministro, onde deixaram um documento com cerca de uma dezena

de reivindicações.

"Esta é a última oportunidade para este Governo ainda em gestão, que poderia repor alguma justiça, dando um sinal de que os bombeiros não estão esquecidos", disse à Lusa José Seita, representante da plataforma de bombeiros das autarquias locais.

Entre a lista de reivindicações, José Seita salientou a urgência de atualizar as tabelas remuneratórias e de regulamentar a atribuição de subsídios e suplementos dos sapadores.



FOTO DR

## AÇORES

### Coligação e PS acordam distribuição de cargos

A coligação PSD/CDS/PPM, que venceu as eleições de fevereiro nos Açores, sem maioria absoluta, estabeleceu um acordo com o PS, o segundo partido mais votado, para distribuir os cargos da Mesa da Assembleia Regional, confirmou à Lusa fonte parlamentar.

Na sequência desse entendimento, os socialistas, que perderam as eleições antecipadas de 4 de fevereiro, elegendo 23 dos 57 deputados ao Parlamento açoriano, comprometem-se a viabilizar o nome proposto para presidente da Assembleia Legislativa pela coligação, que volta a apostar em Luís Garcia.

O social-democrata assumiu a função na legislatura anterior.

O acordo entre as duas maiores forças políticas com assento parlamentar nos Açores permite também distribuir as duas vice-presidências e os dois cargos de secretários da Mesa pela coligação e pelo PS, como vinha acontecendo até agora, de acordo com o método de Hondt, ou seja, seguindo a proporcionalidade dos mandatos no parlamento.

Este entendimento entre a direita e a esquerda já suscitou críticas do líder regional do Chega, José Pacheco, que tinha assumido pretender uma vice-presidência para o seu

partido, tendo em conta o resultado eleitoral alcançado - mais de 10 mil votos, com a eleição de cinco deputados.

A Assembleia Legislativa dos Açores reuniu-se ontem à tarde, pela primeira vez, após as eleições regionais antecipadas, para que os 57 deputados tomassem posse.

A Coligação PSD/CDS/PPM obteve no sufrágio 48.672 votos (43,56%), e conseguiu 26 deputados, menos três de uma maioria absoluta.

Além do PS e do Chega, o Bloco de Esquerda, a Iniciativa Liberal e o PAN conseguiram eleger - nestes casos, um deputado cada.

## PORTO

### GNR em greve de fome levado para o hospital

O sargento da GNR em greve de fome há mais 15 dias em frente à Câmara do Porto foi ontem transportado para o hospital, depois de se ter sentido "mal e a fraquejar", contou um polícia no local.

Josias Alves acampou na Praça Humberto Delgado a 6 de fevereiro e iniciou uma greve de fome com o objetivo de "não só conseguir orde-

nados correspondentes à condição socioprofissional", como também protestar contra "as pressões e perseguições" de que alegadamente tem sido vítima.

Desde então, o militar só tem ingerido líquidos e na terça-feira confessou à Lusa que já tinha perdido 14 quilos desde o início do protesto.

Ao início da tarde de ontem, o militar confessou a um polícia municipal,

que lhe prestava solidariedade, que não se estava a sentir bem.

"Ele disse que se estava a sentir mal e a fraquejar. Queixou-se que não sentia as pernas, que estava fraco e eu apercebi-me que o discurso dele não estava a fazer sentido. Mesmo contra a vontade dele chamei o INEM", disse à Lusa o referido agente, que preferiu não ser identificado.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

AVISO DE PUBLICITAÇÃO DO PROGRAMA SECTORIAL - PGRI-MADEIRA  
E PROGRAMA ESPECIAL - POC-MADEIRA

## AVISO

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 162.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2017/M, de 27 de junho, na sua atual redação, o Governo Regional da Região Autónoma da Madeira torna público que entrou em vigor o Programa de Gestão de Riscos de Inundações (PGRI-RAM 2022-2027) aprovado pela Resolução do Conselho de Governo n.º 21/2024, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 13, de 22 de janeiro e o Programa para a Orla Costeira da Madeira, abreviadamente designado por POCMAD, aprovado pela Resolução do Conselho de Governo n.º 48/2024, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 20, de 2 de fevereiro.

O Presidente do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira,  
**Miguel Filipe Machado de Albuquerque**

PUB